



ST3 – DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E REPERCUSSÕES NOS TERRITÓRIOS

A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NA REGIÃO DO COREDE NOROESTE COLONIAL E O DEBATE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS¹

THE DEMOGRAPHIC TRANSITION IN THE REGION OF COREDE NOROESTE COLONIAL AND THE DEBATE ON PUBLIC POLICIES

Larissa Zanela MENDES², Alexia Ramos de ALMEIDA³, Airton Adelar MUELLER⁴

Resumo: O presente artigo analisa o processo de transição demográfica da região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial (Corede Norc), que abrange 11 municípios do Rio Grande do Sul. Tendo em vista que o estado se apresenta como uma das Unidades da Federação que mais possuem contingente idoso no Brasil, o objetivo deste estudo é verificar o comportamento demográfico do recorte geográfico escolhido, considerando que um dos municípios é polo regional em saúde, o que pode estar contribuindo com o aumento da longevidade da população residente. Pautado pela metodologia qualitativa, buscou-se apresentar o panorama geral da região através de dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, separando os habitantes por grupos a fim de identificar aumentos ou reduções significativas, bem como trazer importantes aspectos para discussão. Como resultados, observou-se uma queda expressiva na fecundidade, bem como o aumento considerável da população idosa, indicando que a região está em processo acelerado de transição demográfica.

Palavras-chave: Transição Demográfica. Envelhecimento. Políticas Públicas. Desenvolvimento Regional.

Abstract: This article analyzes the process of demographic transition in the region of the Regional Development Council of Noroeste Colonial (Corede Norc), which covers 11 municipalities in Rio Grande do Sul. Bearing in mind that the state presents itself as one of the Federation Units that most have an elderly contingent in Brazil, the objective of this study is to verify the demographic behavior of the chosen geographical area, considering that one of the municipalities is a regional health center, which may be contributing to the increase in the longevity of the resident population. Based on the qualitative methodology, we sought to present the general panorama of the region through data from the Demographic Censuses of 2000 and 2010, separating the inhabitants by groups in order to identify significant increases or decreases, as well as bringing important aspects

¹ A realização das pesquisas que resultaram neste artigo contou com apoio da FAPERGS, no âmbito do Edital 04/2019 - Auxílio Recém Doutor-ARD.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e bolsista PROSUC/CAPEIS. Mestra em Políticas Públicas e graduada em Ciências Sociais - Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: larissa.mendes@sou.unijui.edu.br.

³ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: alexia.almeida@sou.unijui.edu.br

⁴ Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br.



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

for discussion. As a result, a significant drop in fertility was observed, as well as a considerable increase in the elderly population, indicating that the region is undergoing an accelerated process of demographic transition.

Keywords: Demographic Transition. Aging. Public Policy. Regional Development.

INTRODUÇÃO

Desde o século XX, o Brasil e o mundo vivenciam uma significativa alteração na sua dinâmica demográfica. Tal modificação inclui uma queda brusca na taxa de fecundidade, diminuição da mortalidade, e o crescimento da expectativa de vida ao nascer. A taxa de fecundidade brasileira, que era de 6,28 filhos por mulher na década de 1960, passou para 1,90 filhos em 2010, o que representa aproximadamente 70% de redução. Neste mesmo período, a esperança de vida cresceu 25 anos, chegando, em média, a 73,4 anos no ano de 2010. Somado a isso, calcula-se que a média de pessoas com 60 anos ou mais se aproximará de 30% da população total do país em 2050 (CARNEIRO *et al.*, 2013).

Um dos efeitos mais flagrantes da queda na fecundidade é o declínio do crescimento populacional. De acordo com Moreira (2013), no período em que a fecundidade começou a reduzir durante a década de 60, o percentual de crescimento demográfico era de 3,0% ao ano; enquanto que entre os anos 90 e 2000, este número caiu para 1,6%. Esses percentuais se traduzem no baixo quantitativo de nascimentos de crianças e no envelhecimento populacional. O aumento da longevidade está não somente modificando o perfil epidemiológico do Brasil com o crescimento da morbimortalidade por meio de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como está colocando em pauta as discussões sobre questões de previdência e saúde, haja vista que os gastos públicos tendem a aumentar (CARNEIRO *et al.*, 2013).

Segundo dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), a população idosa no ano de 2010 era de 20,6 milhões de pessoas. Uma projeção divulgada pelo instituto no mesmo ano previu um crescimento médio anual de cerca de um milhão de idosos para os 10 anos seguintes. Entretanto, em 2016 o número de pessoas idosas superou as estimativas feitas em 2010, chegando a um aumento de 9 milhões (BRASIL, 2018). O estado do Rio Grande do Sul possui em torno de 12,7% de idosos dentre a sua população e estimativas apontam que, em 2060, esse percentual poderá chegar a 29% (RIO GRANDE DO SUL, 2019), já sendo a Unidade da Federação que mais concentra pessoas idosas no Brasil (PORTAL DO ENVELHECIMENTO, 2018).

Dentro deste quadro de expansão do segmento idoso, esse público passa a ocupar ainda mais o papel de consumidor de bens e produtos específicos à sua atual situação, além do fato de que será necessária a ampliação dos serviços sociais e o acesso, principalmente aqueles vinculados a saúde e infraestrutura das cidades. Além disso, é provável que haja um crescimento nos deslocamentos populacionais, pois o envelhecimento vem acompanhado de limitações das capacidades físicas ou cognitivas (MOREIRA, 2013). Considerando que o Rio Grande do Sul se destaca como um dos entes que mais possuem idosos no Brasil, o objetivo deste artigo é analisar como ocorre o processo de transição demográfica da região do Conselho Regional de Desenvolvimento Noroeste Colonial



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

– Corede Norc, tendo um município que é referência regional em saúde (COREDE, 2017), fato que pode estar colaborando com o aumento da longevidade da população residente na região.

Pautado pela metodologia qualitativa, para o estudo aqui proposto foram utilizadas informações disponibilizadas pelos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000; 2010). Além desta introdução, o texto foi estruturado em dois tópicos e considerações finais, fazendo uma breve exposição sobre a transição demográfica no Brasil, apresentando e analisando os dados da região escolhida a fim de ampliar a discussão sobre o tema e em como tais fatores poderão influenciar no delineamento de novas políticas públicas.

A FECUNDIDADE E O ENVELHECIMENTO NO BRASIL

No mundo todo, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) caiu de 4,91 filhos por mulher na década de 60 para 2,45 no ano de 2010. Nos países desenvolvidos, essa queda iniciou no final do século XIX, enquanto que nos países em desenvolvimento, começou apenas no final do século XX. Ainda assim, tal redução da fecundidade nos países em desenvolvimento está acontecendo rapidamente, quando se compara com os países desenvolvidos. Como mencionado na introdução deste artigo, entre 1960 e 2010, houve uma redução de 70% da fecundidade brasileira, ao passo que a Inglaterra e a Suécia levaram 60 anos para que a taxa reduzisse em 50% entre os anos de 1870 e 1930. O envelhecimento populacional nada mais é do que a principal consequência de um processo de transição demográfica (CARNEIRO *et al.*, 2013).

A transição da fecundidade reflete a mudança de um período com altos índices de nascimentos por mulher, para outro no qual os números se posicionam em estágios mais baixos. Mesmo que o número de nascimentos em ambos os períodos se mantenha por muito tempo, eles não voltam a alcançar a média percebida antes da transição. O declínio da fecundidade também modifica o padrão etário, ou seja, as faixas de idade em que as mulheres costumam ter seus filhos (CAMPOS; BORGES, 2015).

Oliveira (2016) explica que, desde os anos 1980, o Brasil percorre uma fase no contexto populacional denominada “bônus demográfico”, ou seja, em decorrência da queda dos níveis de fecundidade, a estagnação demográfica faz crescer significativamente a População Economicamente Ativa (PEA) – correspondente as faixas de 15 a 64 anos –, e dessa forma diminui a Razão de Dependência Total. De acordo com o Boletim Regional do Banco do Brasil (2015, p. 104), “a razão de dependência demográfica pressupõe que jovens e idosos de uma população são dependentes economicamente dos demais. Nesse sentido, é um indicador do contingente que é suportado pela população potencialmente produtiva”.

Sendo assim, o número de pessoas em faixas etárias aptas a trabalhar seria maior em relação os segmentos mais jovens, de 0 a 14 anos, e dos idosos, 65 anos em diante. Ainda de acordo com este autor, tal mudança na dinâmica demográfica poderia ser um motor para o desenvolvimento socioeconômico, além de gerar riqueza, tendo em vista que no início do bônus a população idosa ainda é pequena e os sistemas de previdência social não sofreriam impacto expressivo (OLIVEIRA, 2016). Entretanto:



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

a primeira década de “bônus demográfico” ficou conhecida como a “década perdida”. O país só começou a retomar o desenvolvimento econômico em meados dos anos 1990, de modo que muito pouco foi aproveitado nos primeiros 15 anos. Os gargalos estruturais, entre outros, na educação, saúde, saneamento básico, mercado de trabalho e infraestrutura produtiva, agravados pela implementação de um modelo neoliberal de desenvolvimento, contribuíram para inibir ainda mais o aproveitamento das vantagens oferecidas pela dinâmica populacional brasileira (OLIVEIRA, 2016, p. 2).

Com base nas projeções para os próximos anos, a tendência é de continuidade da queda na taxa de fecundidade e crescimento da longevidade brasileira. Isso significa que cada vez mais a população envelhecerá, e com o baixo quantitativo de nascimentos a população economicamente ativa vai diminuir, e a razão de dependência dos idosos tende a aumentar cada vez mais. De acordo com o Quadro 1, a taxa de fecundidade do país que era de 2,32 filhos por mulher em 2000, cairá para 1,66 filho por mulher em 2060. A região Sudeste tinha a menor taxa de fecundidade em 2000 – 2,07 filhos por mulher, e permanecerá sendo a menor em 2060, com 1,61 filho por mulher. Analisando por estados, a menor taxa no ano de 2000 era de Goiás; em 2060 a menor taxa tende a ser do Distrito Federal. No Rio Grande do Sul, em 2000 a taxa era 2,13 filhos por mulher, chegou a 1,68 filho por mulher em 2018 e permanecerá igual até 2060.

Tabela 1: Taxas de fecundidade do Brasil e UFs 2000-2060

Taxas de fecundidade



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
 04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Unidades da Federação	Estimadas					Projetadas				
	2000	2010	2015	2018	2020	2030	2040	2050	2060	
Brasil	2,32	1,75	1,80	1,77	1,76	1,72	1,69	1,67	1,66	
Norte	3,14	2,21	2,11	2,03	2,00	1,88	1,83	1,81	1,80	
Rondônia	2,55	1,84	1,88	1,88	1,87	1,82	1,79	1,77	1,76	
Acre,	3,94	2,45	2,37	2,22	2,14	1,89	1,80	1,77	1,75	
Amazonas	3,43	2,47	2,39	2,28	2,22	2,01	1,89	1,83	1,79	
Roraima	3,50	2,48	2,30	2,31	2,25	2,06	1,99	1,96	1,95	
Pará	3,09	2,14	1,99	1,92	1,89	1,82	1,80	1,80	1,80	
Amapá	3,82	2,55	2,29	2,11	2,04	1,86	1,82	1,80	1,80	
Tocantins	2,73	2,03	1,96	1,93	1,91	1,83	1,80	1,79	1,78	
Nordeste	2,59	1,82	1,78	1,75	1,73	1,69	1,67	1,66	1,66	
Maranhão	3,25	2,12	1,95	1,93	1,90	1,83	1,81	1,80	1,80	
Piauí	2,70	1,80	1,77	1,76	1,75	1,71	1,70	1,69	1,69	
Ceará	2,60	1,75	1,74	1,70	1,69	1,66	1,65	1,64	1,64	
Rio Grande do Norte	2,45	1,73	1,72	1,65	1,65	1,64	1,64	1,64	1,64	
Paraíba	2,45	1,76	1,79	1,76	1,74	1,69	1,67	1,65	1,64	
Pernambuco	2,46	1,79	1,83	1,76	1,74	1,68	1,66	1,65	1,64	
Alagoas	2,90	2,00	1,83	1,76	1,74	1,69	1,68	1,68	1,68	
Sergipe	2,68	1,82	1,78	1,74	1,72	1,67	1,66	1,65	1,65	
Bahia	2,37	1,73	1,68	1,69	1,68	1,64	1,63	1,62	1,62	
Sudeste	2,07	1,63	1,73	1,70	1,70	1,68	1,65	1,63	1,61	
Minas Gerais	2,14	1,57	1,62	1,62	1,61	1,60	1,58	1,57	1,55	
Espírito Santo	2,17	1,73	1,85	1,83	1,83	1,79	1,75	1,71	1,67	
Rio de Janeiro	2,03	1,59	1,75	1,74	1,73	1,68	1,64	1,59	1,55	
São Paulo	2,04	1,67	1,77	1,72	1,72	1,70	1,68	1,67	1,65	
Sul	2,15	1,63	1,77	1,74	1,74	1,72	1,71	1,69	1,68	
Paraná	2,19	1,72	1,80	1,80	1,79	1,76	1,74	1,71	1,68	
Santa Catarina	2,10	1,60	1,74	1,74	1,74	1,72	1,71	1,69	1,68	
Rio Grande do Sul	2,13	1,56	1,74	1,68	1,68	1,68	1,68	1,68	1,68	
Centro-Oeste	2,16	1,77	1,90	1,87	1,85	1,80	1,75	1,69	1,63	
Mato Grosso do Sul	2,33	1,92	2,04	2,02	2,01	1,96	1,91	1,85	1,80	
Mato Grosso	2,35	1,88	2,08	2,06	2,05	1,99	1,92	1,86	1,80	
Goiás	2,02	1,69	1,82	1,79	1,77	1,72	1,66	1,61	1,55	
Distrito Federal	2,13	1,65	1,71	1,68	1,67	1,63	1,59	1,54	1,50	

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018.

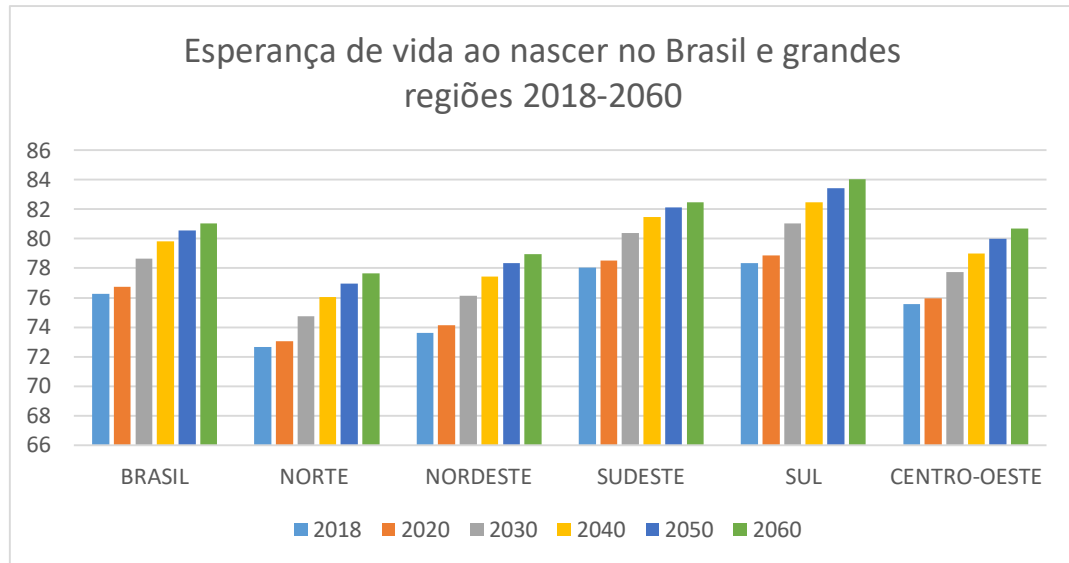
Conforme os dados do Gráfico 1, a esperança de vida ao nascer no Brasil era de 76,25 anos em 2018 e será de 81,04 anos em 2060. A região Norte continuará tendo a menor expectativa de vida em 2060, com 77,64 anos, enquanto que o Sul lidera como sendo a região com a maior faixa etária, podendo chegar a 84,04 anos até o horizonte da projeção.

Gráfico 1: Esperança de vida ao nascer no Brasil e grandes regiões 2018-2060



OBSERVADR

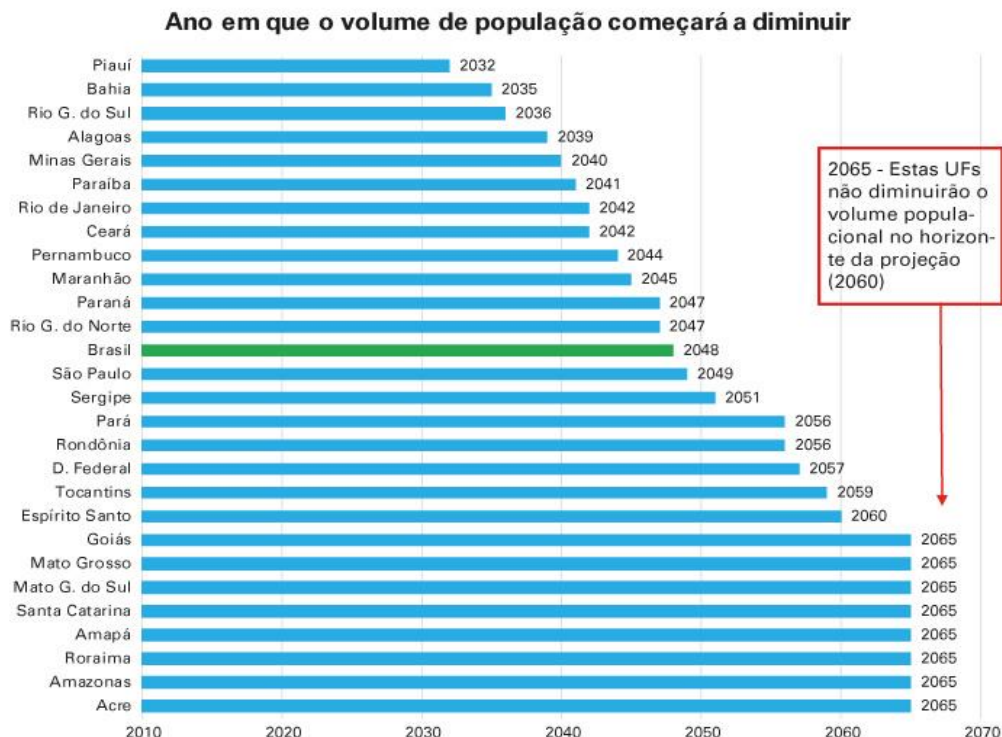




Fonte: IBGE. Diretoria de pesquisas. Coordenação de população e indicadores sociais, 2018.

Como pode-se verificar, a dinâmica de alteração da fecundidade e da mortalidade será distinta em cada uma das regiões do país, acarretando em assimetrias no desenvolvimento socioeconômico, muito embora a tendência de queda nas taxas esteja presente em todas. Tal fato trará consequências não somente no volume, mas também na estrutura da população, considerando que haverá redução número de nascimentos abaixo do nível de reposição e o aumento de pessoas idosas, ocasionando um maior número de óbitos em um determinado período do futuro (OLIVEIRA, 2016). Segundo o IBGE (2018), o país atingirá uma estimativa 233,2 milhões de pessoas até 2047, começando a cair gradualmente nos anos que seguem, até chegar a 228,3 milhões em 2060.

Gráfico 2: Ano em que o volume de população começará a diminuir



Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018.

Deve-se salientar que essa alteração na pirâmide etária poderá causar um forte impacto na população economicamente ativa, onde o grupo etário com 40 anos ou mais será maior que os segmentos mais jovens (BRASIL, 2018). Isso pode ser visto na projeção da razão de dependência para o ano de 2060, em que os idosos dependerão fortemente da população apta a trabalhar.

Tabela 2: Razão de dependência 2010-2060

Razão de Dependência			
Ano	Jovens	Idosos	Total
2010	36,32	10,77	47,09
2060	24,61	42,62	67,23

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018.

Oliveira (2016) ressalta que o bônus demográfico brasileiro poderá ter seu fim a partir de 2020, já que a relação entre a PEA e a população não ativa voltará a crescer. Estima-se que em 2060 serão 66 idosos para cada 100 pessoas ativas, e 21,6 crianças para o mesmo grupo ativo. O índice de envelhecimento calculado será de 100 crianças para cada 206 idosos – realidade já vivida pelos países desenvolvidos. Além disso, a população economicamente ativa sofrerá os efeitos das mudanças demográficas já que o seu contingente também acompanhará o processo de envelhecimento, e com isso, calcula-se uma possível redução da PEA jovem e o aumento da PEA madura, onde a produtividade começa a ser menor.

Portanto, será cada vez mais necessário abrir espaço para discussões e análises sobre os efeitos



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

que a diminuição da fecundidade e o envelhecimento da população poderão causar em um futuro não tão distante. O Rio Grande do Sul, de acordo com Gráfico 2, começará a diminuir a sua população já em 2036; por isso, reforça-se a curiosidade em compreender como está ocorrendo o processo de transição demográfica na região do Corede Norc, tendo em vista que possui um município que é polo regional em saúde, o que pode ser um dos fatores que contribui para o aumento da longevidade.

A REGIÃO DO COREDE NORC

A região do Conselho Regional de Desenvolvimento Noroeste Colonial (Corede Norc) abrange 11 municípios: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Jóia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara. É pertencente também à Mesorregião Noroeste Rio-Grandense, composta por 13 microrregiões e 2016 municípios (COREDE, 2017). Ainda de acordo com informações disponibilizadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento (COREDE, 2017), dentre as regiões pertencentes à Região Funcional de Planejamento 7, o Corede Norc é o único que demonstra crescimento populacional, levando em consideração que o Rio Grande do Sul nas últimas décadas está apresentando um reduzido crescimento demográfico – sendo este o menor do país.

O PED (COREDE, 2017) ainda chama atenção para a transição demográfica que está em processo na região. Na análise exposta no plano, já se verifica a preocupação com a redução nas taxas de natalidade aliada ao aumento na expectativa de vida da população. Os dados que seguem abaixo são referentes aos censos demográficos de 2000 e 2010, e apresentam um panorama geral dos 11 municípios quanto a sua população:

Tabela 3: População dos municípios do Corede Norc



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
 04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Municípios	Censo 2000	Censo 2010	0 a 14 anos 2000	0 a 14 anos 2010	15 a 64 anos 2000	15 a 64 anos 2010	65 anos ou mais 2000	65 anos ou mais 2010
Ajuricaba	7.709	7.255	1.837	1.335	5.151	4.948	721	972
Augusto Pestana	7.799	7.096	1.741	1.147	5.194	4.891	864	1.058
Bozano	2.345	2.200	525	380	1.558	1.485	262	335
Catuípe	10.198	9.323	2.363	1.665	6.870	6.364	965	1.294
Condor	6.491	6.552	1.758	1.422	4.222	4.469	511	661
Coronel Barros	2.454	2.459	459	395	1.732	1.681	263	383
Ijuí	75.735	78.915	19.056	15.527	50.756	55.366	5.923	8.022
Jóia	8.284	8.331	2.346	1.910	5.365	5.597	573	824
Nova Ramada	2.723	2.437	624	448	1.859	1.685	240	304
Panambi	32.610	38.058	8.524	7.934	21.892	27.185	2.194	2.939
Pejuçara	4.189	3.973	1.109	749	2.760	2.765	320	459
Total	160.537	166.599	40.342	32.912	107.359	116.436	12.836	17.251

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 2000 e 2010.

Em primeira análise, percebe-se que os dois municípios mais populosos – Panambi e Ijuí – foram aqueles que mais aumentaram o seu contingente, com crescimento 16,7% e 4,2%, respectivamente. Os municípios que mais perderam população foram Nova Ramada, com -10,5% habitantes, seguido de Augusto Pestana com -9% e Catuípe com -8,6%. Os demais municípios não tiveram perdas e/ou ganhos populacionais significativos. Muito embora alguns municípios tenham perdido população, o saldo da região Corede Norc foi positivo, tendo um crescimento de 3,8% no período de 2000 a 2010, corroborando com o exposto no PED (COREDE, 2017).

Agora, quando estes dados são esmiuçados, encontram-se informações preocupantes quanto ao número de crianças de 0 a 14 anos. Todos os municípios da região, sem exceção, tiveram uma redução de crianças, demonstrando uma intensa queda na fecundidade. As diminuições mais relevantes foram as de Augusto Pestana (-34,1%) e Pejuçara (-32,5%). A menor redução foi a de Panambi (-6,9%), o que ainda pode ser considerado alto, visto que esse percentual se traduz em um quantitativo de 590 crianças. No total, a região reduziu em 18,4% este número, confirmando a tendência brasileira e estadual de declínio da fecundidade.

No que diz respeito à população economicamente ativa, a região teve um aumento de 8,4%, o que demonstra que, mesmo com a redução na fecundidade no período de 10 anos – o que por ventura poderia afetar a PEA, já que as crianças de 5 a 14 anos em 2000 passariam a fazer parte da faixa etária dos 15 aos 64 anos em 2010 – até o recorte temporal escolhido para a análise, os municípios ainda não estariam sentindo de modo considerável os efeitos da mesma. O maior percentual de redução da PEA foi Nova Ramada (-9,4%) seguido de Catuípe (-7,4%). O município que mais cresceu em população com idade ativa foi Panambi (24,2%), seguido de Ijuí (9,09%). Tal fato pode ter se dado, também, em virtude das migrações. Os municípios de Panambi e Ijuí possuem economia mais diversificada quando comparados aos demais da região; o que pode ter estimulado



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

a migração de pessoas advindas de outras localidades em busca de emprego e oportunidades.

Ao contrário da fecundidade que está reduzindo, o envelhecimento na região do Corede Norc está acontecendo de forma acelerada: todos os municípios estão com percentuais significativos de habitantes com 65 anos ou mais. Coronel Barros se destaca como o município que mais aumentou o segmento idoso entre 2000 e 2010 (45,6%), e na sequência vem Jóia (43,8%) e Pejuçara (43,4%). Augusto Pestana foi o município com menor contingente (22,4%). A região, como um todo, aumentou 34,4% a população desta faixa etária, reforçando o fato de que, ter na sua composição um município que é referência em saúde poderia estar aumentando a longevidade da população que reside na região. Também demonstra a relevância da temática e o quanto importante é se pensar políticas públicas que contemplem cada vez mais as necessidades deste público-alvo que só cresce no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul e na região.

Neste sentido, existem alguns aspectos que essencialmente devem ser pensados, de acordo com Oliveira (2016): a educação, a saúde e atenção à pessoa idosa, bem como a previdência. O quantitativo de crianças e adolescentes vêm caindo nos últimos anos, como resultado mais instantâneo da redução da fecundidade. Em tese, isso poderia gerar um alívio para os gestores públicos e educacionais, já que seriam menos alunos nas salas de aula, menos recursos para a execução das atividades e infraestrutura; assim a educação poderia ser de maior qualidade. No entanto, é sabido que a situação do Rio Grande do Sul é grave. Esta e outras Unidades da Federação seguem passando por sérios problemas financeiros – com atraso e parcelamento de salários do funcionalismo público, corte de gastos, extensas dívidas com a União, entre outras crises – o que poderá resultar no fechamento de diversas unidades escolares com menor contingente de alunos e até mesmo restringir o acesso ao ambiente escolar para muitas crianças e adolescentes.

Sabe-se também que a região Corede Norc possui um excelente Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), que no bloco Educação, registrou 0,768, sendo classificada como a quarta melhor região nesta área e superando o índice estadual de 0,679 (COREDE, 2017). O fato é que, mesmo a educação da região tendo bons resultados, além escolas municipais e privadas, instituições de ensino superior públicas, privadas e comunitárias, os municípios da região poderão começar a sentir em breve os efeitos do declínio da fecundidade, e posteriormente em como a crise do estado afetará esta área. Em síntese, a educação é o canal primordial de capacitação e formação de uma força de trabalho mais qualificada, preparada para o mercado e com condições de criar, inovar e propiciar o desenvolvimento dos municípios enquanto região, do estado e do país. Com o envelhecimento populacional, a dependência dos idosos sobre a população economicamente ativa – se as projeções se confirmarem, e tudo leva a crer que sim –, só tende a aumentar. É necessário e indiscutível que se invista vigorosamente na educação e na qualidade do sistema de ensino para se fazer mais, com menos.

Com relação à saúde, a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Lei 8.080/1990 foi um grande passo para a democratização da saúde no Brasil, e propicia a milhões de pessoas o acesso à saúde em situação de gratuidade (BRASIL, 1990). No entanto, além de não ter sido universalizado em todo o território, o SUS encontra duas grandes dificuldades que acabam por interferir em todo o seu funcionamento: a) os recursos designados para o financiamento e



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

operacionalização do sistema que está muito abaixo do necessário para suprir a demanda; e b) as insuficiências da gestão do SUS em âmbito local, onde existe também a baixa resolutividade da rede de atenção básica e o reduzido quantitativo de profissionais de saúde (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, 2012).

Outro fator que é determinante para o bom funcionamento do SUS é o aspecto político. Com base em Carvalho (2003, p. 21) “o orçamento é construído de acordo com as vontades políticas do momento, que podem ou tender para o social ou para a satisfação de interesses econômicos”. Com o envelhecimento acelerado, a ocorrência de doenças crônicas não-transmissíveis como as cardíacas, cerebrais e respiratórias terão maior frequência ambulatorial aliadas a períodos de internações hospitalares mais longos, aumentarão substancialmente os gastos públicos em saúde, principalmente se levar em consideração que se terá maior dispêndio de dinheiro com medicamentos fabricados por grandes indústrias farmacêuticas (OLIVEIRA, 2016). O aumento da longevidade na região já pode ser percebido pela equipe técnica responsável pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento, dado que essa questão foi considerada uma das fragilidades expostas na Matriz de Forças e Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (FOFA):

A longevidade e o aumento de idosos demandam o aprimoramento da atenção básica à terceira idade por meio de um conjunto articulado de ações e a capacitação de mais profissionais na área de geriatria (enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, médicos, etc.) (COREDE, 2017, p. 63).

No bloco saúde, o Corede Norc está na quarta posição entre os melhores índices, com 0,865. Igualmente como na educação, está acima do índice estadual, que é de 0,809 (COREDE, 2017). O município de Ijuí é polo regional em saúde e referência em serviços de alta complexidade em tratamentos de oncologia e cardiologia, o que pode ser um atrativo para migrações até mesmo do segmento idoso na intenção de acessar os serviços de saúde disponíveis. Pensar a saúde pública não constitui uma tarefa simples; e os municípios da região, principalmente Ijuí, deverão elaborar alternativas que visem atender às necessidades deste grupo etário, o que inclui melhorar a infraestrutura das cidades, desde acessibilidade como placas informativas e que facilitem a locomoção do idoso, ampliar a rede de atendimentos das unidades básicas de saúde do município, aumentando o número de profissionais capacitados para o tratamento e prevenção de doenças e agravos, além dos serviços de reabilitação, buscando cada vez mais resolver os problemas de saúde nos centros de atendimento de baixa e média complexidade para não sobrecarregar ainda mais os hospitais e unidades de Pronto Atendimento (PA's).

No que diz respeito ao sistema previdenciário brasileiro, no ano de 2019 foi aprovada uma reforma que modifica desde a alíquota de contribuição até a idade para se aposentar, dentre outras alterações, com a justificativa de que se levou em consideração o aumento da expectativa de vida da população, bem como o cenário de crise destacado pelo Governo Federal. Oliveira (2016) explica que o debate sobre a previdência normalmente é trazido para pauta de maneira tendenciosa, sempre sinalizando a existência de um déficit que ficará pior com o envelhecimento populacional, pois este causará uma debilidade nas contas públicas. O autor complementa afirmando que o direcionamento apontado pelo governo acaba colocando a conta nas costas do trabalhador,



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

incentiva implicitamente o contribuinte a recorrer a outros meios como a previdência privada a partir da aplicação de um teto para benefícios, e ainda instituiu critérios para que se receba o vencimento integral da aposentadoria.

Além de todos os elementos discutidos neste artigo, é imprescindível que se pense também na proteção e cuidado à pessoa idosa. O Corede Norc deve buscar formas de tentar reinserir e integrar plenamente o idoso na vida em sociedade com políticas socioculturais, de promoção à saúde, bem-estar e informação, com a instalação de equipamentos para atividades físicas e esportivas, onde os indivíduos tenham auxílio de profissionais capacitados para dada atuação. O envelhecer saudável necessita da garantia de direitos que somente o poder público poderá ofertar para a melhoria das condições de vida desse segmento, que já caracteriza parcela significativa da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução da taxa de fecundidade e o envelhecimento populacional já são uma realidade nos países desenvolvidos desde o final do século XIX, e em alguns países em desenvolvimento como o Brasil a partir da metade do século XX. Esse declínio não ocorre de forma homogênea entre as regiões do país, o que potencializará maiores desigualdades socioeconômicas em um futuro não tão distante. As projeções sinalizam para uma grande proporção de idosos na população total do Brasil e um pequeno quantitativo de crianças, não atingindo os níveis de reposição. Com isso a população economicamente ativa, que será mais madura, sentirá a pressão do aumento da dependência dos idosos.

O estado do Rio Grande do Sul, assim como as demais Unidades da Federação pertencentes às Regiões Sul e Sudeste estão envelhecendo rapidamente; por isso, no decorrer do artigo, buscou-se demonstrar a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 o comportamento demográfico da região do Corede Noroeste Colonial, tendo em vista que é uma região que tem mantido saldo migratório positivo, enquanto o estado como um todo está perdendo população. Verificou-se que a fecundidade diminuiu consideravelmente em todos os municípios, enquanto que a população economicamente ativa, no geral, apresentou tendência de crescimento principalmente nos municípios mais populosos – Ijuí e Panambi. Duas possibilidades foram apontadas para tal situação: a primeira é que existe a possibilidade de a região ainda não estar sofrendo com a diminuição de crianças e adolescentes; e a segunda é pelo fato de que estes municípios que mais aumentaram a PEA possuem uma economia mais diversa, elemento que pode fomentar fluxos migratórios.

Com relação ao grupo etário de 65 anos ou mais, observou-se um crescimento substancial no percentual de idosos, corroborando com a tendência brasileira de aumento da longevidade. Haja vista que o município de Ijuí é referência regional em saúde, este fator pode ter influenciado no resultado para este segmento, tanto pela otimização da qualidade de vida das pessoas, como pela migração para o acesso aos serviços de tratamento de alta complexidade ali ofertados. Por fim, a intenção, além da análise proposta, foi abrir espaço para discussão sobre a maneira na qual a transição demográfica poderá impactar no destino de outras áreas como a educação, saúde, e previdência, cujas alterações no sistema já foram feitas por meio da reforma votada no ano de



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

2019.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos o apoio da CAPES por meio da bolsa PROSUC.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Razão de dependência demográfica.** Boletim Regional do Banco Central do Brasil, jan. 2015. pp. 104-106. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2015/01/br201501b3p.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa.** Documento técnico. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa/Documento_Tecnico_Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____, Presidência da República. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 02 dez. 2019.

CAMPOS, Marden Barbosa de; BORGES, Gabriel Mendes. Projeção de níveis e padrões de fecundidade no Brasil. In: ERVATI; BORGES; JARDIM (Orgs.). **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93322.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

CARNEIRO, Luiz Augusto Ferreira, et al. **Envelhecimento populacional e os desafios para o sistema de saúde brasileiro.** São Paulo: Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), 2013.

CARVALHO, Mariana Siqueira de. A saúde como direito social fundamental na Constituição Federal de 1988. **Revista Direito Sanitário**, v. 4, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/81181/84812>. Acesso em: 6 dez. 2019.

COREDE, Conselho Regional de Desenvolvimento. **Plano estratégico de desenvolvimento regional: 2015-2030.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2017. – 399 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico do ano de 2000.** 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico do ano de 2010.** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população por sexo e idade:**



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

indicadores implícitos na projeção 2010-2060. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 5 dez. 2019.

MOREIRA, Morvan de Melo. Envelhecimento da população brasileira e migrações. **Revista Política Pública e Sociedade**, n. 5, 2003, pp. 7-16.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Envelhecimento populacional e políticas públicas: desafios para o Brasil no século XXI. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano IV, n. 8, 2016, pp. 1-21.

PORTAL DO ENVELHECIMENTO. **As cidades mais envelhecidas do Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/as-cidades-mais-envelhecidas-do-brasil/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

REIS, Denizi O.; ARAÚJO, Eliane C.; CECÍLIO, Luiz Carlos O. **Políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde**. São Paulo: UNIFESP, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. **Proporção de idosos na população do RS irá duplicar em quatro décadas**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/populacao-de-idosos-ira-duplicar-em-quatro-decadas-no-estado>. Acesso em: 20 nov. 2019.



OBSERVADR

